

Educação Patrimonial nos Espaços Virtuais: Acessibilidade e Sensibilização

Francisco da Silva Kern¹

Resumo: O presente artigo busca apreciar as formas de incorporação dos espaços virtuais em face da Educação Patrimonial, vinculado a experiência de estágio de docência durante o período de pandemia. Para isso, leva em consideração as transformações sociais condicionadas pelo distanciamento social e o ensino remoto, como a falta de comunicação entre alunos e professores bem como o não acesso aos materiais didáticos. A partir da leitura de alguns teóricos da área, percebe-se que é possível encontrar caminhos para contornar essas dificuldades pelas ferramentas online, isso depende, em grande medida, das escolhas docentes. Essas decisões estão sempre atreladas ao público alvo, por isso, a discussão sobre a utilização dos processos trabalhistas como fonte histórica e objeto patrimonial, e a questão da construção do espaço digital, giram entorno das condições sociais dos estudantes. Temos como base os discentes da escola Venceslau Brás. Conclui-se que o percurso dos Mineiros de Butiá e a Luta por Direitos foi bem elaborado e conduziu a atividade num sentido muito interessante. Porém, é notável algumas limitações da própria plataforma e de algumas abordagens documentais, isso evidencia que o material está sempre sujeito a aperfeiçoamentos.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Ensino Público; Plataformas Digitais; Pandemia.

INTRODUÇÃO

Esse artigo está vinculado a disciplina de Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial, do Departamento de História da UFRGS, realizado sob a orientação das professoras Carmem Zeli de Vargas Gil e Caroline Pacievitch, ao longo do segundo semestre de 2020. As experiências desse semestre foram singulares, tanto para a disciplina quanto para os estudantes, pois ocorreram durante o período de distanciamento social provocado pelo Covid-19, promovendo uma série de discussões novas pertinentes ao campo da educação patrimonial. É evidente que as transformações sociais causadas pela pandemia generalizaram ainda mais a utilização dos espaços didáticos digitais. O momento mostra que, seja qual for a posição diante dessa difusão, cabe ao

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

historiador moderno, no sentido de atual, aprender a lidar com essas novas ferramentas. A lacuna entre estudantes e a escola precisa ser preenchida e a tecnologia deve estar a serviço da educação nesse sentido. Para isso, se faz necessária a discussão sobre as especificidades do novo ambiente quanto aos patrimônios culturais.

O estágio se deu no Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, que fica localizado no bairro Bom Fim, na cidade de Porto Alegre. Criado em 2003, esse espaço é responsável por preservar, organizar e disponibilizar ao público a documentação que resgata a história da justiça do trabalho gaúcha, bem como promover a realização de pesquisas sobre a justiça e o direito do trabalho no Brasil e suas articulações com o mundo do trabalho². Desenvolve também diversas atividades voltadas à divulgação de seu acervo e das pesquisas, como eventos científicos, exposições, publicações e cursos de capacitação. A partir de acordo firmado com a universidade, a instituição do TRT4 passou a acolher e fornecer aos estudantes um espaço ideal a prática do estágio curricular, que é obrigatório ao final dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História.

A atividade didática construída para os alunos consistiu na criação de um percurso no Google Forms sobre a história dos mineiros de Butiá e os respectivos embates sociais e jurídicos por melhores condições de emprego nas minas de carvão das décadas de 1930 e 1940. Surge então a dúvida: como tornar o espaço virtual um ambiente favorável a sensibilização do aluno para com as imagens, representações artísticas e os processos trabalhistas dos mineiros de Butiá? Essa pergunta implica alguns questionamentos referentes aos sujeitos da mediação, ao acervo, as fontes e a plataforma utilizada. É preciso entender que tudo depende de escolhas e que essas decisões estão sempre atreladas ao público alvo. Pretendo abordar a condição dos alunos da educação básica e pública da escola Venceslau Brás. Depois, discutir sobre o memorial e utilização de seu acervo como fonte histórica e objeto patrimonial. Após isso, partimos para a última questão, a preparação do ambiente e a intervenção em si da documentação, levando em consideração os sujeitos e o caráter das fontes na elaboração final da atividade. Portanto, são questões de forma e conteúdo. Utilizarei alguns textos que discutem por diferentes olhares essas questões, levando sempre em consideração a própria experiência do estágio e quais conclusões foram produzidas dela.

² APRESENTAÇÃO. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/memorial/apresentacao> Acesso em: 16 de março de 2021.

1.1 – Os Sujeitos e a Mediação

Existe um velho ditado muito presente no senso comum das pessoas que sustenta que *quem vive de passado é museu*. Embora essa frase não se dirija diretamente ao campo da história em si, sabemos que o mesmo imaginário se estenda as demais ciências englobadas pelos espaços de memória. A discussão realizada aqui discorda profundamente da ideia que a frase expressa. Quem vive do passado é o antiquário, aquele que gosta e admira determinado bem ou objeto justamente por sua condição de antigo. Já o historiador, ao contrário, vive do agora, além disso, se há razão fundamental para o historiador estar sempre atualizado quanto às inovações do seu tempo é, exatamente, pela necessidade de corresponder aos problemas contemporâneos.

E esses problemas estão cada vez mais relacionados a forma de lidar com a inovação. Atuar como docente nos dias atuais também é pensar em como podemos nos inteirar sobre toda a tecnologia que vem sendo incorporada no campo da educação. É notável que o ensino já vinha se servindo da internet como espaço de aprendizagem, visto a disseminação de cursos a distância nos últimos anos, como graduações ead, ensino de idiomas e até preparatórios para vestibulares. Para bem ou para mal, esse crescimento é tendencial, ainda mais nessa década. É importante destacar o fato novo pois a pandemia acelerou esse processo, podemos até dizer que o vírus foi democrático nesse sentido, impôs a todos estudantes a condição do ensino a distância.

Porém, nem todos os espaços receberam essa transformação súbita da mesma forma, os cursos citados não podem ser comparados à educação básica pois ela é muito mais ampla e possui aspectos específicos. Em relação ao ensino básico e público, podemos dizer, por exemplo, que a utilização do espaço virtual também se expandiu, mas num ritmo muito menos intenso, se comparado as escolas particulares. Essa gradualidade se deve, em grande parte, a falta de acessibilidade dos alunos a internet. A pesquisa chamada *Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia*³, publicada em setembro de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), constatou que cerca de 5,8 milhões de estudantes brasileiros de instituição pública, da pré-escola à pós-graduação, não dispõem de conexão domiciliar à internet em banda larga ou em rede móvel 3G/4G para acompanhar as atividades online.

³ IPEA - Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia, 2020.

Mesmo sabendo que o setor educativo sofreu intensamente os efeitos do distanciamento, o doutor em educação Eucídio Arruda afirma que as escolas não podem prescindir da tecnologia como forma de inclusão, e que esse espaço deve sim abranger essas produções contemporâneas. A educação é o elemento de maior relevância em qualquer tempo, abrir mão de seu funcionamento e da utilização das ferramentas possíveis pode significar um acréscimo maior ainda nessas desigualdades.⁴ Sabe-se que parte dos alunos possuem acesso as plataformas de comunicação e utilizam a internet, mesmo que de forma ponderada. A condição do aluno de escola pública varia, alguns tem o acesso moderado pelo consumo de dados, outros dispõem de desktops, notebooks e smartphones não tão rápidos e, até mesmo, há aqueles que são prejudicados pela falta de recursos básicos, como luz elétrica e um ambiente propício ao estudo.

Foi essa situação que me deparei na experiência de estágio. Ao conversar com o professor Allan, fui informado que grande parte dos sujeitos da mediação, alunos de 6º e 7º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Venceslau Brás, se inseriam num contexto de acessibilidade limitada. O docente precisa saber lidar com essas questões, contornar o problema e promover a aproximação mais acessível entre alunos e educação patrimonial. A criação de um percurso virtual sobre os Mineiros de Butiá e Luta por Direitos, teve essas expectativas. Através do Google Forms, foi desenvolvida uma atividade com momentos de: aproximação a temática; exposição das condições de emprego, através de imagem e discurso da época; abordagem das xilogravuras do artista Danúbio Gonçalves (Série Mineiros de Butiá); e discussão sobre a ação trabalhista do operário José Mariano dos Passos⁵, que entrou com processo após ser demitido de seu cargo. O percurso foi constituído por etapas, em algumas delas há algum tipo de questionamento referente a abordagem que foi feita.

1.2 – O Memorial e os Processos Trabalhistas como Patrimônio Histórico

Existe uma diferença entre os documentos judiciais e as demais fontes utilizados ao longo do percurso digital dos mineiros de Butiá. As figuras, por exemplo, provocam discussões muito abrangentes, como a presença constante do trabalho infantil entre os operários das minas, aspecto

⁴ ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020(a)

⁵ Processo 82/46. CD Processos Trabalhistas de São Jerônimo/ RS (1938/1947). Coleção Acervos. MJTRS

interessante para se abordar com pré-adolescentes. Acredito que foi menos complicado lidar com essas figuras porque, tanto a foto dos mineiros, quanto as xilogravuras de Danúbio Gonçalves, expressam sua denúncia a partir da leitura visual da imagem, que é mais identificável e, portanto, compreensível para alunos de 10 a 14 anos.

Já a ação trabalhista é, antes de tudo, um documento judicial e administrativo, amplamente complexo. Ela é constituída na disputa entre sujeitos e interesses divergentes, conflitos que se manifestam em suas páginas a partir de uma linguagem formal e jurídica rebuscada. Na leitura dessas, é possível encontrar termos e conceitos incomuns nos dias atuais, ainda mais por possuírem mais de meio século de existência.

As ações trabalhistas configuram-se como produto dessa disputa, as partes expõem suas versões sobre determinado episódio, buscando convencer o mediador, que é o juiz de direito. Para tanto, são necessários alguns pontos como a proposição do autor, as ponderações do réu, argumentações, conjuntos de provas, interrogatórios de testemunhas, sentenças, conciliações e outros elementos que possam ser necessários. Ao investigar as experiências dos operários do carvão entre os anos de 1930 até 1960 através da pesquisa documental, é exigido do historiador um tratamento adequado de forma que repercuta em uma boa análise e investigação.

A produção de conhecimento originada desses conjuntos documentais carrega uma grande capacidade de descortinar fenômenos que, de outro modo, permaneceriam desconhecidos, restritos aos relatos memorialísticos, os quais possuem significados específicos que disputam a compreensão social com variáveis nem sempre adequadas, na medida em que se estruturam nas lembranças dos diversos atores desses episódios⁶.

Essa definição esclarece um dos motivos que me levaram a buscar significação patrimonial nessas fontes. O olhar crítico a esse acervo permite articular as determinações sociais mais amplas à ação ativa desses sujeitos⁷. Além disso, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, instituição na qual realizei o estágio, é responsável pela preservação de toda a documentação do período estudado. Ele conta com uma gama variada e numerosa dessas fontes, um conjunto de

⁶ VEIGA, Alexandre. Acervos da Justiça do Trabalho como Fonte de Pesquisa - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, p.197 - 2013

⁷ SPERANZA, Clarice Gontarski. Cavando Direitos: as Leis Trabalhistas e os Conflitos entre os mineiros de carvão e seus Patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954) São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. p. 18

mais de 6 mil processos trabalhistas e atas de audiência de reclamações impetradas na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho de São Jerônimo, entre 1941 e 1954, referente aos operários do carvão. A coleção do Memorial é tão valiosa que o acervo de processos trabalhistas se tornou patrimônio da humanidade, recebendo em 2014 o selo de “Memória do Mundo” concedido pela Organização das Nações Unidas (Unesco).

Mas, como pensar esses documentos para além da pesquisa? É possível propor alternativas pedagógicas que incluam a utilização de ações trabalhistas no ensino básico? A partir de algumas experiências dos últimos anos, principalmente com a valorização cada vez maior das ações judiciais, podemos dizer que sim. Embora o significativo descompasso entre pesquisa e o ensino de história, em que ambos possuam modos de produção e transmissão singulares, a comunicação entre estes dois lugares pode gerar bons resultados. Nilton Pereira e Fernando Seffner, ao abordarem o uso de fontes em geral na sala de aula, explicam como a história ensinada pode inserir-se no movimento de crítica ao documento e incluir seu uso no cotidiano da escola.⁸

Eles creem que essa estratégia pode auxiliar no desenvolvimento dos conhecimento histórico dos alunos e fazer diferença na forma como observam o mundo. A compreensão de que a disciplina de história tem suas especificidades, como a capacidade em desenvolver nos sujeitos uma compreensão de si mesmos e da realidade, favorecem a adoção das fontes na produção de conhecimento. De fato, cada vez mais os professores tem adotado os vestígios do passado nas salas de aula da educação básica.

Porém, é possível perceber alguns problemas nessa inclusão. O primeiro e mais perceptível é a questão da leitura que se faz da fonte. Como foi afirmado anteriormente, o emprego dessas deve estar inserido num movimento de crítica, saber diferenciar relato e fato, se distanciar da visão positivista que concebe o documento como um veículo da verdade. Como Clarice Speranza afirma, em seu livro *As Leis Trabalhistas e os Conflitos entre os Mineiros de Carvão e seus Patrões*, as possibilidades de construção de conhecimento através dessas fontes são mais do que uma leitura superficial:

Para os que se dedicam ao ofício da história em moldes acadêmicos, o que os documentos originários da justiça mostram (como todo documento) não é “o que passou”, mas diversas

⁸ PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFENER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. IN: Anos 90. Porto Alegre, v.15. n.28, p.113-118, dez 2008.

vozes e versões conflitantes, chave para perceber as lutas e contradições sociais do período.”⁹

Mesmo que essa afirmação seja para o campo da pesquisa, podemos ampliá-la para a educação. Mas, além disso, o atual uso das fontes também repercute numa certa dificuldade epistemológica. Esse segundo problema é caro para a presente discussão pois implica diretamente nas concepções de patrimônio cultural. Estamos falando da utilização dos documentos como prova ou ilustração dos argumentos que o professor utiliza ao longo da aula, em decorrência de uma “ânsia em dar realidade ao relato histórico¹⁰”. Cada vez mais os teóricos da área têm-se distanciado dessa forma de conceber os matérias. Ou seja, uma forma de emprego do “patrimônio” que vai totalmente contra as discussões produzidas no âmbito teórico, na qual o patrimônio é concebido nas relações entre os sujeitos e os objetos, ou, melhor, com a noção de educação patrimonial como prática coletiva e democrática, de Átila Tolentino¹¹. Isso escancara um impasse comum entre os professores, sem escapar desse tipo de tratamento.

Tanto que essa foi uma das grandes dificuldades encontradas no momento de criação do percurso e da intervenção dos processos trabalhistas. Não é fácil fugir dessa tendência, ainda mais quando queremos direcionar o tipo de reflexão que pretendemos nos alunos. Para os autores, justificar a utilização das fontes históricas como forma de provar e comprovar o que professor está falando é “sucumbir ao critério de verdade da criança”¹², daquele aluno que questiona “como você sabe se não estava lá”, e esse critério de verdade já não tem mais lugar no âmbito da historiografia. No fundo, essa questão se refere também a primeira, pois o professor sustenta seu discurso a partir da condição de verdade intrínseca do documento.

Tanto a história como educação patrimonial devem tratar menos de ensinar e mais da questão da criação conjunta do conhecimento: o objeto precisa ser a complexidade e não a facilitação. Para sensibilizar é preciso explorar, e não apenas reproduzir ou provar sua importância.

⁹ Idem., 2014. p. 41

¹⁰ Idem., 2008 p. 122

¹¹ TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entraves nas Práticas de Patrimonialização Federal. *Sillogés* – v.1, n.1, jan./jul. 2018. p. 56

¹² Idem., 2008. p. 124-125

2 – O Planejamento dos Espaços Virtuais

Na sala de aula encontramos um problema muito frequente que os autores classificaram como epistemológico. A ação educativa, que deveria assegurar a participação da sociedade como um todo, evocando os referenciais culturais da memória coletiva, muitas vezes se volta contra essa noção para reviver a ideia de verdade histórica. A educação patrimonial não deve se alinhar a essa prática. No caso dos processos trabalhistas, a intenção deve ser sensibilizar o estudante para a condição histórica do documento, ou seja, precisa se tornar capaz de ler, desconfiar, compreender como e em que contexto se originou e o que isso pode significar.

Desconfiar da fonte não quer dizer atestar sua falsidade, mas olhá-la como um monumento que as sucessivas gerações classificaram, ordenaram e ressignificaram. Desse modo, o uso de fontes em sala de aula é profícuo, na medida em que apresenta às novas gerações a complexidade da construção do conhecimento histórico e tira do documento o caráter de prova, desloca o estudante da noção de verdade que utiliza no cotidiano e, sobretudo, permite abordar o relato histórico como uma interpretação¹³

Como afirma Arruda, “o Brasil não possui iniciativas no campo de tornar as tecnologias digitais como saberes necessários para uma formação transversal de alunos e alunas.”¹⁴ E o ensino a distância, nos moldes atuais pelo menos, repercute ainda mais essa dificuldade.

O covid-19 provocou um distanciamento entre professor e aluno e a desigualdade social pode ser considerada um fator principal desse afastamento. Atualmente, muitas escolas particulares têm conseguido promover, mesmo com certas dificuldades, um ensino síncrono, captando um esforço e empenho diário de seus alunos em relação a dedicação, em se fazer presente, virtualmente, nas atividades a distância. Já na maioria das instituições públicas, como é o caso da Venceslau Brás, encontramos diversos impasses que desmobilizam o alinhamento entre docente e discente. Por exemplo, as atividades que estão sendo realizadas na escola de Butiá são, quase todas, assíncronas, mas mesmo assim, muitos alunos não tem dado nenhum retorno. “É uma situação complicada” afirmou o professor Allan, que leciona nas duas turmas que participaram da mediação, numa conversa antes do planejamento.

Então, como lidar com essas dificuldades quando o assunto é educação patrimonial? O planejamento está nas mãos do professor, ele deve saber os limites de sua aula e do retorno do

¹³ Idem., 2008. p. 127

¹⁴ Idem, 2020(a) p. 272

aluno, resta encontrar formas de promover aquilo que está dentro dessas possibilidades. Trata-se de realizar escolhas, não só relacionadas ao patrimônio em si mas tudo aquilo que irá envolvê-lo: “a educação é um processo contínuo de escolhas políticas e decisões pedagógicas.”¹⁵

O percurso *Mineiros de Butiá e a Luta por Direitos*¹⁶ foi criado de acordo com essa noção. A partir de uma análise geral do que era viável no atual contexto, entre conversas com o professor da escola e com a orientadora Carmem, a segunda escolha foi, após a temática, definir a plataforma que seria utilizada como espaço digital. Sabendo que parte dos alunos já estava habituada ao Classroom, pois usava a ferramenta para a realização das aulas e atividades a distância, optei pela escolha dos formulários do Google.

A escolha do Google Forms também se deve a experiências próprias pois sabia que seu uso não era complicado e, acima de tudo, muito acessível. Além de exigir pouco dos dados móveis, não ocupa espaço de armazenamento e a página se ajusta a praticamente qualquer dispositivo de acesso. Sua mecânica foi projetada para a coleta de informações de forma prática, a partir da construção de formulários com enunciados, pequenos textos, imagens e principalmente questionários. A plataforma gratuita oferece alguns modelos prontos, com diversos tipos de visuais que podem ser um ótimo ponto de partida para a criação de um novo formulário.

Se o aspecto visual é uma vantagem pois os alunos já estão familiarizados, o espaço que eles têm para retorno também merece destaque. Existe uma variação de questionários, seja com perguntas discursivas, utilizando “resposta curta” ou “parágrafo”, e também objetivas, com opção de “múltipla escolha”, “caixa de seleção”, “lista suspensa”, “escala linear”, “grade de múltipla escolha” e “grade da caixa de seleção”. Aprender a manusear esses recursos não foi nada fácil, precisei fazer e refazer até que o resultado ficasse interessante e visualmente chamativo, até porque esse último aspecto é ainda mais importante quando estamos no meio digital.

Isso também implicou que o material que fosse desenvolvido seria restrito à essas capacidades, ou seja, precisei descartar diversos tipos de jogos e materiais mais elaborados. O material que já havia selecionado para a aula que precisou de adaptar à ferramenta e não o contrário.

¹⁵ GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017). *Clio*, Recife, v. 31, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2020 (b). p. 109

¹⁶ *Mineiros de Butiá e a Luta por Direitos*. Percurso Investigativo. Google Forms.

Novamente, trata-se de escolhas, a educação patrimonial não é uma metodologia, é um processo relacional e existem muitos caminhos para se construir essas relações.¹⁷

Destaquei até aqui a acessibilidade, o visual e as opções de questionário como aspectos positivos no Forms, abordaremos agora o que menos agradou no momento da criação e como esse problema foi contornado. Me refiro à exposição de textos informativos ao longo do percurso, como forma de guiar o olhar dos alunos. Essa questão é bastante limitada pois não há muito o que fazer nesse sentido, existem poucas possibilidades para além do texto e das palavras em si: não dá para alterar o estilo nem o tamanho da fonte em palavras específicas e, sequer, desatacar algo em negrito diretamente na plataforma. Por isso, quase todo conteúdo em si sobre os mineiros de Butiá, bem como utilização das imagens, xilogravuras e partes do processo, foram reproduzidos e editados diretamente no Microsoft Word para então, posteriormente, serem anexados na plataforma como JPG.

Já a intervenção do processo se deu pelo recorte de momentos “principais” e definitivos para o desenrolar da ação judicial. Esses recortes foram essenciais porque não havia espaço para colocar todo o documento, o formulário se estenderia demais e desorientaria os alunos. Foram incorporados apenas fragmentos essenciais como petição inicial, argumentação do réu, interrogatório das testemunhas e a conciliação final. Já a abordagem dos recortes se deu por grifos e caixas de texto informativas, como forma de destacar os pontos mais importantes, guiando a atenção dos alunos.

Encontrar o documento ideal para o roteiro também não foi fácil, no mesmo CD se encontram centenas de processos de São Jerônimo entre os anos de 1938 à 1947. A ação judicial de José Mariano dos Passos foi escolhida a dedo pois evoca todo o tipo de discussão referente a condição dos trabalhadores nas minas de carvão durante esse período. O processo 82/46 está inserido num contexto de demissões em massa que ocorreram pós-greve de 1946, forma que a grande empreiteira local da época, Companhia Carbonífera Minas de Butiá, encontrou de punir todos aqueles apontados como participantes ativos do movimento.

Além da temática da greve, foi possível abordar nesse documento os casos de acidente no subsolo das minas, pois o tocador de carros José afirmou que teria machucado a cabeça alguns dias

¹⁷ Idem, 2020 (b). p. 108

antes de ter sido demitido. Além das caixas de texto, relatei a denúncia do mineiro com uma das xilogravuras de Danúbio que retrata um tocador de carvão em atividade. Foi possível evidenciar a luta constante dos mineiros por mais direitos através da greve e, principalmente, no ato de acionar a justiça. José lutou nesses dois campos, mas na reclamação a questão judicial fica mais evidente, naquele momento, o que ele queria era garantir seus direitos após uma demissão que considerava injusta: pagamento de férias, indenização e aviso prévio.

O interessante desse documento é que sua existência por si só, se tratando de uma ação judicial, evidencia o contexto de embate entre as partes. Busquei destacar ao máximo essas divergências entre as versões de reclamante, reclamada e testemunhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a lacuna entre a sala de aula e as atividades a distância repercute ainda mais as desigualdades sociais, principalmente nos moldes atuais. O não acesso aos recursos básicos afeta os alunos em ambos espaços, entretanto, nas atividades a distância, sequer existe comunicação entre discentes e a escola. É notável que esses problemas intensificam processos que já conhecemos de antemão, como é o caso do abandono escolar entre os mais pobres. Ao professor, resta agir com as possibilidades que tem em mãos, contornar os problemas na medida do possível e tentar resgatar a aproximação com os alunos.

Esse processo de inclusão através dos ambientes digitais precisa apreciar quais as condições sociais dos alunos e também que tipo de material pode ser, ao mesmo tempo, acessível e sensibilizador. No caso da educação patrimonial, existem diversas plataformas online disponíveis para a criação de conteúdo e formulação de planos de aula nesses moldes. O percurso sobre os mineiros de Butiá buscou levar em conta essas preocupações, optando pelo Google Forms pois esse correspondia às necessidades das fontes e também de muitos alunos.

As atividades a distância precisaram contar com dupla agência do professor, além da preparação da aula, o espaço virtual teve que ser bem arquitetado. Daí a importância de um bom planejamento para nortear quais os objetivos e limitações da proposta inicial. Mesmo tendo que se adaptar a plataforma e descartar alguns projetos, acredito que o formulário sobre os “Mineiros de Butiá e a Luta por Direitos” atendeu muito bem as expectativas iniciais e, pelos retornos obtidos,

promoveu reflexões interessantes entre os alunos. A proposta de construir, manusear e editar as fontes e o conteúdo a partir do Word partiu de alguma intuição particular, pois não encontrei nada parecido entre os formulários que foram utilizados como referência. Além disso, a seleção de recortes e momentos da ação judicial conseguiu sintetizar de forma clara o que era interessante de se destacar dentro de um processo, como a divergência de perspectivas e interesses, bem como a agência de ambas as partes na história.

Como já exposto, o formulário está sujeito à restrições, principalmente no que se refere as suas limitações funcionais. Não responsabilizo a plataforma em si pois tudo que envolveu o material didático é resultado de escolhas pessoais, isso mostra também que todo material está sujeito a aperfeiçoamentos também pela própria criatividade de inventar. Enfim, a partir do feedback dos alunos, é perceptível que, mesmo com essas brechas, foi possível desenvolver um conteúdo reflexivo, com boas discussões e, acima de tudo, com certa sensibilização à temática que ainda é tão presente entre os butianenses atuais. As minas de Butiá repercutem até os dias de hoje na cidade, boa parte dos moradores mais velhos já trabalhou nas atividades envolvidas pelo carvão e essas memórias sociais naturalmente são incorporadas pelos mais novos.

A atividade precisou ser totalmente formulada antes, não contou com o retorno do aluno e, por isso, não foi concebida na relação. Podemos considerar isso como mais um problema funcional que repercute também na questão patrimonial, ou seja, a atividade não foi moldada ao longo do contato entre aluno e patrimônio pois não há como alterar sua direção nessa plataforma. Por isso, acredito que em alguns momentos, as caixas de texto acabaram sendo utilizadas para confirmar reflexões particulares e não às dos alunos. Mesmo assim, acredito que o material foi bem elaborado e conduziu a atividade num sentido interessante, que, com toda a certeza, poderia ser resgatado para aulas futuras, tanto a distância quanto no ensino presencial. Mesmo com brechas, essas são sempre sujeitas à aprimoramentos.

Referenciais Teóricos:

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

CD Processos Trabalhistas de São Jerônimo/ RS (1938/1947). Coleção Acervos. MJTRS.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017). *Clio*, Recife, v. 31, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2020 (b).

KERN, Francisco da Silva. *Mineiros de Butiá e a Luta por Direitos*. Google Forms. Disponível em: <https://forms.gle/fZuLhH39uranPHfZ8>. Acesso em: 17 de março de 2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFENER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. IN: *Anos 90*. Porto Alegre, v.15. n.28, p.113-118, dez 2008.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando Direitos: as Leis Trabalhistas e os Conflitos entre os mineiros de carvão e seus Patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)* São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS,2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra. *Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entraves nas Práticas de Patrimonialização Federal*. *Sillogés* – v.1, n.1, jan./jul. 2018.

VEIGA, Alexandre. *Acervos da Justiça do Trabalho como Fonte de Pesquisa - Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, p.193-208 – 2013.

